

# Descolonização dos saberes africanos: reflexões sobre história e cultura africana no contexto da lei 10.639/03

Francisco Sandro da Silveira Vieira\*

---

## Resumo

Este artigo tem por objetivo, fazer uma breve reflexão sobre os saberes africanos gerados a partir do contexto colonial. Pretendemos, com isso, demonstrar como as teorias ideológicas eurocêntricas construíram um conjunto de saberes sobre a África pautado em falsificações históricas e até mitos que serviram como fonte das imagens estereotipadas sobre o continente e seus povos e que ainda permeiam nossos discursos e práticas hoje. Com base na estrutura ideológica comum ao colonialismo, ao imperialismo e ao discurso racista, partimos do princípio de que uma consciência crítica dos efeitos intelectuais do legado eurocêntrico que justificaram e legitimaram o colonianilismo é indispensável para compreendermos o conjunto de representações negativas contemporâneas sobre a história e cultura(s) africana.

**Palavras-chave:** saberes africanos; identidade; colonialidade; racismo; representação.

## Abstract

This article aims at making a brief reflection on African understandings generated from colonial context. The intent is to demonstrate how Eurocentric ideological theories built an understanding about Africa supported on historical forgeries and even myths that served as source to the stereotyped images about the Continent and its peoples and that still surround our speeches and practices nowadays. Based on the ideological structure prevalent within colonialism, imperialism and the racist speech, we start from the principle that a critic conscience of the intellectual effects of the Eurocentric legacy, that justified and legitimated colonialism, is essential to understand the combination of negative contemporary representations about African history and culture(s).

**Keywords:** african understandings; identity; coloniality; racism; representation.

---

\* Mestre em Antropologia. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/ Area de concentração Relações Internacionais da PUCSP. Professor de Estudos Africanos no curso de Relações Internacionais da Faculdades de Campinas-FACAMP. Email: sandrooxay@gmail.com

## Introdução

Os estudos africanos mantêm-se como uma área do conhecimento desconhecida para a maioria da população brasileira, seja ela docente ou discente. As escolas de ensino infantil, fundamental, médio e universitário, no geral, não abordam o passado e o presente africano, muito embora este passado esteja tão presente no cotidiano nacional, seja por meio das palavras faladas, da cultura, das religiões, das instituições, da economia, etc.

O objetivo do artigo será fazer uma breve reflexão sobre os saberes africanos gerados a partir do contexto colonial. Pretendemos, com isso, demonstrar como as teorias ideológicas eurocêntricas criaram falsificações históricas e até mitos que serviram como fonte das várias imagens estereotipadas sobre a África e os africanos. Partimos do princípio de que uma consciência dos efeitos intelectuais debilitantes do legado eurocêntrico é indispensável para compreender não apenas as representações contemporâneas que permeiam o currículo, como também o que os meios de comunicação vinculam sobre os africanos e seu continente, e suas subjetividades.<sup>1</sup>

O eurocentrismo situa-se de modo tão inexorável no centro de nossas vidas cotidianas, que mal percebemos sua presença. Não se trata de um ataque a Europa ou aos europeus, e sim ao eurocentrismo, ou seja, a tentativa de reduzir a diversidade cultural a apenas uma perspectiva paradigmática que vê a Europa como origem única dos significados. O conjunto de noções e ideias sobre o universal, a partir da construção eurocêntrica, bifurcou o mundo em “Ocidente e o resto” e organizou a linguagem do dia-a-dia em hierarquias binárias que implicitamente favorecem a Europa: “nossas nações, as tribos deles; nossas religiões, as superstições deles; nossa cultura, o folclore deles; nossa arte, o artesanato deles; nossas manifestações, os tumultos deles; nossa defesa, o terrorismo deles” (Shoha e Stam, 2006, p. 21). Também pretendemos demonstrar, com base na estrutura ideológica comum ao colonialismo, ao imperialismo e ao discurso racista, que o eurocentrismo é uma forma de pensar que permeia práticas e representações contemporâneas, mesmo

---

1 Parte-se do pressuposto de que a filosofia e a literatura são a literatura e a filosofia europeia. “O ‘melhor’ do que foi pensado e escrito, foi pensado e escrito pelos europeus, o que incluiu não apenas a Europa, mas também os “neoeuropeus” das Américas, da Austrália e de outros lugares” (Shoha e Stam, 2006, p. 19).

após o término oficial do colonialismo nos países africanos, marcando assim as percepções do que entendemos aqui como colonialidade.

## **Da colonialidade aos centrismos: etnocentrismo e eurocentrismo**

### **A colonialidade**

Algumas das principais consequências do colonialismo foram: a expropriação de territórios em escala maciça; a destruição de povos e culturas locais, a transformação de africanos e nativos americanos em escravizados; a colonização da África e da Ásia; e a ascensão do racismo não apenas nos territórios colonizados, mas dentro da própria Europa.

Hulme (1986) definiu o discurso colonial como “um conjunto de práticas linguísticas unidas por uma visão comum das relações coloniais”. O conjunto discursivo para Hulme inclui desde a documentação burocrática até os romances, e compõe o mundo não-europeu para a Europa. Poderíamos, entretanto, distinguir o discurso colonial como produto histórico das instituições coloniais, e o discurso colonial/imperialista como aparato linguístico e ideológico que justifica a atual - ou mesmo retrospectivamente - prática colonial-imperiais.

Porém, se faz necessário fazer uma pequena reflexão sobre os conceitos que permeiam o contexto sócio-histórico da nossa reflexão: o etnocentrismo e o eurocentrismo, para ressaltar a posição hegemônica que o eurocentrismo<sup>2</sup> exerce em outros contextos socioculturais.

O etnocentrismo é um conceito que cada grupo étnico tende a elaborar seu centro como referência e valorizar sua própria cultura, generalizando. Podemos dizer que o etnocentrismo é uma característica universal e inerente tanto aos povos africanos, orientais e nativos da Américas quanto aos europeus. No entanto, é comum a associação do eurocentrismo como mais um etnocentrismo. Sabemos que o eurocentrismo não corresponde a uma etnia, pois existem inúmeros grupos étnicos europeus. Enquanto

---

2 Podemos dar vários exemplos da hegemonia eurocêntrica, mas tomemos apenas a literatura. Autores clássicos europeus como Shakespeare, Goeth, Camões, Victor Hugo, etc. estes autores e suas obras nos são mais familiares do que autores do nosso contexto sociocultural como Machado de Assis, Guimarães Rosa, Euclides da Cunha, etc., se falar de autores orientais; Mishima, Tanizaki, Kawabata, Murakami ou mesmo de autores africanos como Chinua Achebea, Luandino Vieira e até mesmo o premio Nobel de literatura Wole Soyninga, são quase totalmente desconhecidos.

ideologia, o eurocentrismo abstraiu os elementos comuns a muitos grupos étnicos e articulou uma visão generalizada a partir de suas referências clássicas: as civilizações grega e romana. Portanto, trata-se de um centrismo específico, ou seja, um modelo europeu. O mais grave equívoco nesta associação está na minimização do eurocentrismo como sistema de dominação. Sua identificação como mais um etnocentrismo isenta o eurocentrismo de suas características mais destacadas: seus processos violentos de dominação/exploração; e a falsificação histórica, utilizados para impor esse etnocentrismo que deveria ser específico, e não como universal a todos os povos. Podemos dizer que a universalização do modelo europeu, diferencia o eurocentrismo do etnocentrismo.

Portanto, quando falamos em Civilização Ocidental, nos referimos à cultura de origem Grega e Romana e Europeia, imposta violentamente pelo colonialismo aos povos colonizados (Fanon, 1968). A suposta superioridade da Cultura ocidental é uma ideologia internalizada pelos próprios colonizados, sobretudo as elites dominantes Nacionais (Ortiz, 1994). Dentro dessa visão, a Civilização Ocidental representa o estágio mais avançado do desenvolvimento humano. E é dentro desse contexto que as culturas dos povos dominados são retratadas como arcaicas, primitivas e estáticas, que pouco contribuíram para o progresso humano. Enquanto os nativos americanos ganharam a imagem do nobre selvagem,<sup>3</sup> e os asiáticos a fama do saber já morto, nenhuma cultura foi considerada mais primitiva ou arcaica do que as africanas, dentro do contexto colonial.

### **Colonialidade e racismo**

As vítimas mais óbvias do racismo são os povos e os grupos, cujas identidades foram forjadas no caldeirão colonial: os africanos, os asiáticos e os povos nativos das Américas, assim como aqueles que foram deslocados pelo colonialismo.

Para Albert Memmi (1968), racismo é a “atribuição generalizada de valor a diferenças reais ou imaginárias para o benefício do acusador sobre a vítima, com a finalidade de justificar o privilégio e a agressão do primeiro”. O racismo envolve um duplo movimento de agressão

---

<sup>3</sup> A mitificação do indígena do novo mundo (Américas), também está presente no Brasil. A primeira tentativa de construção de uma identidade nacional no Brasil se deu via movimento literário, com o romantismo, que se dá predominantemente pela mitificação e valorização do elemento indígena, temos, como exemplo, o romance de José de Alencar, *O Guarani* de 1852.

e narcisismo: o insulto ao acusado é acompanhado por um elogio ao acusador. O pensamento racista é tautológico e circular: somos poderosos porque estamos certos, estamos certos porque somos poderosos. Também é essencialista, ahistórico e metafísico, pois projeta a diferença através da temporalidade histórica: “Eles são todos assim, e assim continuarão sendo”.

O racismo é também adepto da arte do falso elogio, da qual fazem parte o primitivismo e exotismo. Embora o racismo tenha uma dimensão discursiva, ele não é apenas um discurso: uma arma da polícia não é um discurso, mesmo que os discursos ajudem a impor percepções públicas dos motivos pelos quais tais armas são utilizadas. O racismo geralmente proporciona seus próprios prazeres secretos: um confortável sentimento de superioridade e a igualmente simples consolidação de uma identidade de grupo fundada em uma base frágil de antipatia arbitrária.

O racismo tem suas raízes psíquicas profundas no medo do “outro”. O par de palavras “branco” e “preto” se presta facilmente para descrever oposições maniqueístas entre bem e mal, espírito e matéria, anjo e demônio.<sup>4</sup>

Podemos definir o racismo como a tentativa de estigmatizar a diferença com o propósito de justificar vantagens injustas ou abusos de poder, sejam eles de natureza econômica, política, cultural ou psicológica.

Embora membros de todos os grupos possam ter opiniões racistas, não é todo grupo que detém o poder necessário para praticar o racismo, ou seja, para traduzir uma atitude preconceituosa em opressão social. Portanto, não se trata de uma simples questão de opinião e atitude, mas de um aparelho institucional e discursivo construído historicamente através da desigualdade drástica de distribuição de recursos e oportunidades, da divisão injusta da justiça, da riqueza, do prazer e da dor.

Dentro do contexto do estilo colonial racista, diversos mecanismos centrais se destacam, dentre eles: a afirmação de uma ausência,<sup>5</sup> ou seja, a projeção de uma raça como deficiente em relação às normas europeias, sem ordem, inteligência, decoro sexual, civilização ou mesmo sem história.

---

4 O Oxford English Dictionary, ao discutir o significado da palavra “preto” no século XVI, lista as seguintes associações: “profundamente manchado de sujeira, gasto, empoeirado, aquele que tem propósitos obscuros, mortais, malignos; aquilo que se refere a morte, desastroso, sinistro, terrível, atroz, horrível, maléfico”. Spike Lee chama a atenção para tais definições de dicionário em *Malcom X* (1992).

5 Sobre a afirmação de uma ausência, ver: *Sociologia da ausência*, ver SANTOS, 2000, 2001a, 2001c..

A afirmação de ausência leva aquilo que podemos chamar de racismo da surpresa: “quer dizer que você é o médico!” ou “então é verdade que há universidade na África!”.

É a partir, portanto, do afrocentrismo, que consiste na construção de uma perspectiva teórica radicada na experiência africana, que romperemos com a afirmação de uma ausência e conseqüentemente com o racismo da surpresa. O afrocentrismo difere do eurocentrismo, porque propõe o resgate e a reconstrução de um centrismo africano, mas não assume uma postura universalista, ou seja, o afrocentrismo não propõe que seus elementos sejam universais e aplicáveis a outras experiências humanas. A tarefa acadêmica afrocêntrica consiste em estudar, articular e afirmar aquilo que diferencia o ponto de vista africano, identificando, ao mesmo tempo, os postulados supostamente universais do eurocentrismo.

### **África: berço da humanidade**

No século XVIII, quando foi decifrada a famosa Pedra Roseta – chave do conhecimento dos antigos egípcios, inscrita em hieróglifos – se comprovou que praticamente todo o conhecimento científico, religioso e filosófico da Grécia antiga teve origem no Egito, ou seja, na própria África. A Europa Colonialista, que fundamentava a justificativa ética da escravidão na inferioridade dos africanos, não deixou “transparecer” essas verdades. Criou-se, também, a teoria equivocada de que as populações negras do Egito foram conquistadas, e até escravizadas por povos arianos, semitas e asiáticos, que lhes teriam ensinado a Civilização.

O historiador Grego Heródoto também conhecido como o Pai da História, nos diz –“e quanto a mim julgo ser os colchianos uma colônia dos egípcios porque, iguais a estes são negros de cabelos lanudos. Em outras palavras, os Egípcios antigos eram verdadeiros negros, do mesmo tipo que todos os nativos africanos (...) pensem só que esta raça de negros, hoje nossos escravos e objeto de nosso desprezo, é a própria raça a quem devemos nossas artes, ciências e até mesmo o uso da palavra!” (DIOP, 1974, pp. 26-28).

O continente africano, além de ser o berço da humanidade é, também, o das civilizações (Fonseca, 2004, p. 24). Muito embora essa afirmação possa ser contestada pela definição de civilização e pela situação geográfica dada pela New Columbia Enciclopédia (Nascimento,

19945, p. 39): civilização seria aquele Complexo de Elementos Culturais que primeiro apareceram na história humana entre 8 mil e 6 mil anos atrás. Nessa época, baseada na agricultura, criação de gado e metalurgia, começou a aparecer a especialização ocupacional extensiva nos vales dos Rios do sudoeste da Ásia. Apareceram lá, também, a escrita, bem como agregações urbanas bastante densas que acomodavam, administradores, comerciantes e outros especialistas.

Entretanto, está cada vez mais comprovada a anterioridade da evolução no continente africano dos elementos citados que definem o que é Civilização: especialização ocupacional extensiva; pautados por uma agricultura, criação de gado, a metalurgia e a escrita. Além de “dar Luz” à humanidade, a África foi palco da primeira revolução tecnológica, a passagem da existência como caçador e apanhador de frutos silvestres, para a prática da agricultura. Em 1979, o Dr. Fred Wendorf e sua equipe comprovam a prática da agricultura no vale do Rio Nilo há 18 mil anos atrás, ou seja, duas vezes mais antiga do que na região do sudoeste da Ásia. Na região do Saara, antes de virar deserto, já se cultivavam grãos e legumes, há 7 mil anos, também cultivava-se mais de 25 espécies de grãos diferentes. Em relação à escrita, também está provado, a partir de pesquisas realizadas, que a escrita egípcia e Meroítica originaram-se no atual Sudão. A criação de gado, outro traço definidor do nascimento da Civilização, também aparece na África, em Lukenya – atual Quênia – há 15 mil anos (Nascimento, 1994, p. 39).

Portanto, a situação que temos é que a história foi escrita, mas na realidade ela foi assim distorcida:

Acho que uma das maiores mentiras que a sociedade ocidental podia ter dito era de dar a si própria o nome de Civilização Ocidental. Agora por toda a história vimos estudando a Civilização Ocidental, e isso significava que tudo o mais era incivilizado. E as crianças brancas que hoje lêem isto jamais reconhecem que lhes estão dizendo que elas são superiores a todos os outros porque produziram a civilização (...) sim a civilização ocidental tem sido tudo, menos civilizada. Na verdade, tem sido extremamente bárbara. Somos informados de que a civilização ocidental começa com os Gregos, e o epítome disso é Alexandre Magno. Só que posso lembrar a respeito de Alexandre Magno é que aos 26 anos de idade, ele chorou porque não tinha mais gente para matar, assassinar e saquear. E isso é o epítome da Civilização Ocidental. (Carmichael, 1968, p.50)

Pesquisas mostram que o verdadeiro pai da medicina não foi o Grego Hipócrates, responsável até hoje pela convenção do chamado “juramento de Hipócrates” – declaração de compromisso profissional do médico. O verdadeiro pai da Medicina foi o cientista clínico egípcio Imhotep, que há três mil anos antes de Cristo, já praticava grande parte das técnicas básicas da Medicina, conhecendo também a vacinação e a farmacologia.<sup>6</sup>

O conhecimento médico não esteve situado apenas no norte africano. Na região que hoje compreende Uganda, país da África Central, encontramos o saber antigo dos Banyoro, que já fazia a cirurgia de cesariana antes do ano de 1879, quando o Dr. R. W. Felkin, cirurgião inglês conheceu essa técnica com extrema eficácia e técnica de assepsia, anestesia, hemostasia e cauterização. O conhecimento médico cirúrgico antigo e tradicional na África, também operava os olhos removendo as cataratas. Essa técnica foi encontrada no Mali e no Egito, cerca de 4.600 anos atrás, neste último país mencionado, já se fazia a cirurgia para a retirada dos tumores cerebrais (Nascimento, 1996, p. 26).

A África Sub-saariana, principalmente, foi desprezada pelas sociedades e sistemas de ensino ocidentais, aparentemente pela ideia de que fosse destituída da escrita. Essas sociedades e grupos sociais, étnicos e religiosos precisam ser estudados, pois têm e estão na história (Ki-Zerbo, 1982).

Além da Medicina, uma outra ciência que já estava presente no saber africano é a Astronomia. Pesquisas feitas no Quênia, em 1978, pela equipe de Lynch e Robbins da Universidade de Michigan encontraram restos de um observatório astronômico. Eles concluíram que as evidências “atestam a complexidade do desenvolvimento cultural pré-histórico na África Sub-saariana. E a pesquisa também sugere que um sistema de calendário complexo e preciso, baseado nos cálculos astronômicos, foi desenvolvido até o primeiro Milênio a.C. na África Oriental” (Nascimento, 1994).

As contribuições das diversas nações africanas, ao longo da história, para o desenvolvimento cultural, econômico, político, científico e tecnológico da humanidade é vasta e complexa, muito embora esse

---

<sup>6</sup> Vale ressaltar que Hipócrates, considerado o fundador da medicina pelos europeus, atuava por volta de 460 a.C. na Grécia, fazendo pouca ou nenhuma alusão à Imhotep em seus registros científicos. Ver (Fonseca, 2005).

conhecimento seja prejudicado pela perspectiva eurocêntrica. A cultura do Norte da África tem sido extremamente importante para toda a humanidade até os dias de hoje, particularmente pelos conhecimentos que ainda revela (Fonseca, 2005).

No entanto, ainda prevalece a imagem do selvagem africano atrasado e ignorante. As próprias línguas e etnias africanas são reduzidas até hoje no imaginário popular à condição de dialetos e tribos. A tradição oral africana, por exemplo, foi excluída até recentemente como fonte histórica. Hegel dizia que as tradições orais africanas eram “modos obscuros peculiares aos povos obscuros”. Étnica e culturalmente, o norte da África seria distinto do continente. A região do norte da África seria identificada como Oriental ou asiática, enquanto a região sub-saariana seria reconhecida como a verdadeira África, negra e destituída de civilização. Hegel, no livro *A Filosofia da História*, divide o continente em três partes: que ele chama de África própria, ao sul do Saara; África europeia, ao norte do Saara; África asiática, região egípcia-etíope. Vemos claramente a tentativa de eliminar as civilizações clássicas africanas (Egípcio-Etíope) do Continente.

A imagem difundida pelo eurocentrismo dá a imagem de uma África branca civilizada do norte do continente, e uma outra “África própria” nas palavras de Hegel, “negra e selvagem”, ao sul do Saara. Constata-se então a origem até hoje presente no imaginário popular de que o Egito não faz parte do continente africano.

Um elemento de reforço na construção do afropessimismo e do imaginário negativo, é que a história africana foi escrita com base em documentos exógenos, ou seja, o documento ainda estudado pelo pesquisador e principalmente pelos professores do ensino fundamental tem sido o documento do invasor, do colonizador.

Só recentemente com estudos de pesquisadores africanos, tais como Cheik Anta Diop, Hampatê Ba, Theophile Obenga Ivan Van Sertina, Basil Davidson, Kabenguele Munanga, entre outros, é que se inicia um processo de registro dessa história distorcida, e ainda dominante no imaginário popular.

## **A “África” no mundo antigo**

Pesquisas recentes comprovam presença africana na Europa, na Ásia, e nas Américas. Seus resultados não têm sido amplamente divulgados não só pelo seu nível de especialização como pela sua natureza contestatória aos pressupostos da supremacia eurocêntrica.

A presença da cultura e da civilização africana está presente na Ásia, a partir da transposição dos rios Tigre e Eufrates, na região que compreende a porta de entrada do Oriente Médio (Irã, Iraque, Palestina e Israel). John Baldwin, em 1872, registrava que “os povos descritos hebraicos como os Cush foram os civilizadores primordiais do sudoeste da Ásia, e na mais remota antiguidade, sua influência estabeleceu-se em todas as regiões litorâneas, desde o extremo leste até o extremo oeste do antigo mundo” (Nascimento, 1994, p. 57).

A grande civilização suméria que se ergueu, acerca de três milênios antes da era cristã, na região da mesopotâmia, teve nos cuchitas do vale do Nilo sua influência, uma vez que Summer era uma das colônias de Cush. Os sumérios os identificavam como sendo os “cabeças pretas”, numa nítida alusão a sua origem africana. Os africanos cuchitas foram responsáveis pela construção da Cidade-estado, de Ur, edificando moradias e templos piramidais cujas laterais lembravam escadarias, seguindo a arquitetura dos núbios, denominados de ziggurats. A influência cultural dos cuchitas na Ásia desenvolveu-se na área que compreendia o Baluquistão (atual Irã, sul do Paquistão e a oeste da Índia), conhecida como Gedrosia, o país dos escuros. Em tempos modernos, sua população ainda se destaca. Os gregos a chamavam de Anariakoi, isto é, não-arianos. Hoje a região é denominada de Khuzistan, terra de Khuz ou Cush (Nascimento, 1994, pp. 58-59).

A península arábica foi habitada originalmente por negros, oriundos do norte e nordeste da África, acerca de oito mil anos atrás. Eles eram chamados de Veddois, estando ainda hoje seus descendentes em porção significativa no mundo árabe. As relações intensas neste processo histórico de migrações constantes entre os dois continentes (África e Ásia) deram conta da construção de civilizações anteriores ao islamismo, mencionadas na literatura grega e romana antiga como a Arábia feliz. Os processos miscigenatórios que ocorreram nesta região de encontros milenares propiciaram o surgimento da população de Sabá, que teve como rainha, a lendária Makeda. Mais tarde, essa rainha teve seu filho

Menelik, com o Rei Salomão de Israel. Vale lembrar que a Etiópia teve seu reino sendo dirigido por mais de três mil anos pelos descendentes de Makeda (Nascimento, 1994, pp. 59-60).

A grande civilização da Índia foi originalmente constituída pela população de origem africana, segundo Cheik Anta Diop, Van Sertima e Rashidi. Ela tinha sua economia voltada para o mundo agrícola. Posteriormente, a Índia foi invadida pelos arianos, povos nômades e guerreiros, que dominaram essa população original e a subjugarão, impondo-lhe uma cultura adversa a sua de natureza patriarcal e vindo a introduzir os sistemas de castas, presente até os dias atuais (Nascimento, 1994, pp. 60-64). O sistema de castas imposto pelos arianos estava baseado em critérios raciais. A palavra Varna, que em sânscrito significa casta, também quer dizer cor, e a casta mais baixa se chamava Sudra, ou seja, negro. Na realidade indiana atual como no passado, os descendentes destes africanos permanecem nas castas baixas, sendo denominados de párias ou outras categorias sociais tratadas com total desprezo pelas castas privilegiadas nesta sociedade.

A contestação do sistema de casta é histórica na Índia. Há 600 anos antes da Era Cristã, com o culto de Sidharta Gautama, o Buda, esse processo se intensifica. Segundo Van Sertima e Rashid, o nascimento deste culto floresce dentro das populações negras desta imensa nação, até porque o próprio Buda era negro, como atestam as estátuas e imagens antigas com traços evidentes da sua origem africana (apud Nascimento, 1994, p. 64).

Heródoto já mencionava em suas obras que a Índia tinha sua origem social e histórico-cultural a partir da presença e influência africana, particularmente da região do Egito e da Etiópia. Os Sind eram os africanos que povoaram a Índia e o Paquistão. Segundo o historiador antropólogo indiano Vidya Bhavan: temos de começar com os povos negros da Índia pré-histórica, que foram seus primeiros habitantes. “Originalmente, parecem ter vindo da África através da Arábia e das costas de Irã e Baluquistão”(Nascimento, 1994, p. 60).

A presença da população africana na China, Japão e sudeste Asiático remontam aproximadamente a 50 mil a 10 mil anos atrás. Os materiais paleontológicos e arqueológicos encontrados referentes aos Homo Sapiens de origem africana, chamado de Liu Chiang, nas províncias de Szechuã, datam do período do pleistoceno. A mitologia chinesa identifica essa população original como sendo os Ainu, de nariz chato e cabelo “duro”.

Os Ainu também estão presentes na história japonesa, com destaque para o comandante Sakanouye Tamuramaro, cuja valentia lendária é homenageada com o provérbio: “Para um Samurai ter coragem, é preciso que tenha sangue negro”<sup>7</sup> (apud Nascimento, 1994, p.64). A mitologia Chinesa relata uma raça original chamada Ainu, de nariz chato e cabelo crespo. Vimos que a palavra Ainu teve origem no Egito e significava o negro e a cor preta e se espalhou pelo mundo antigo com a mesma conotação da cor negra. Eles são interpretados no mito chinês como sendo homens de baixa estatura, possivelmente sendo oriundos do povo Twa<sup>8</sup> (África Central) de cabelo lanudo, que originaram as instituições políticas, sociais, religiosas, as técnicas agrícolas, a cultura matrilinear e a escrita chinesa. Os Ainu também desenvolveram o sudoeste asiático, particularmente o Cambodja, legando a cultura Funan, que floresceu em 300 d.C., na medida em que estabeleceram uma sofisticada tecnologia de engenharia hidráulica. Para Nascimento (1994, p. 64), no século VI, os Khemer absorvem essa cultura e a misturam com o culto budista à Shiva. Responsáveis pelo famoso complexo arquitetônico de Angkor Wat, “os Khmer eram escuros, com o cabelo em carapinhas”.

A presença dos africanos na Europa e na América também é antiga. A Grécia e suas ilhas, em sua antiguidade, também contaram com a contribuição civilizatória dos negros. Schilieman, apud Nascimento (1994, p.65-6), após escavações em Tirins e Micena nos diz: “parece-me que esta civilização pertencia a um povo africano”. Referente à Creta, nos informa Evans: “Gostem ou não do fato, os estudiosos clássicos são obrigados a considerar as origens. Os gregos que discernimos nessa nova aurora não eram nórdicos de pele clara, mas essencialmente a raça de cabelo preto e pele escura” (Nascimento, 1994, p. 66).

As nossas senhoras negras, por exemplo, a de Loretta na Itália, Núria na Espanha e Czestochawa, na Polônia, estão presentes em toda a Europa, desde tempos remotos, demonstrando a relação sincrética ou inculturada, histórica e culturalmente compreensível, que retratam Ísis, deusa Núbia e egípcia da fertilidade. Plínio, antigo historiador romano, destaca esse fenômeno inclusive na Inglaterra e na Alemanha, talvez introduzido pelos faraós egípcios que visitaram a Europa entre 1900 e

---

7 A respeito de conhecimento mais aprofundado sobre a história dos samurais, ler, YAMASHIRO, José. *História dos Samurais*, São Paulo, Aliança Cultural Brasil-Japão/Massao Ohno, 2ª ed., 1987.

8 Os povos Twa, ou San, são retratados nos livros didáticos com o nome pejorativo dado pelos europeus de Pigméus.

1450 a.C. Vale ressaltar que nas legiões romanas haviam muitos africanos que praticavam o culto a Ísis e estiveram em toda a Europa, além do fato de que cerca de 1.000 etíopes ocuparam Cádiz (atual Espanha), aproximadamente mil anos antes da era cristã e se mantiveram lá, por volta de 150 anos, formando uma comunidade unida, forte e estruturada sócio-politicamente, antes de ser submetida pelos romanos (Nascimento, 1994, p. 66).

Com relação ao universo cristão, é pouco citada a existência de três Papas africanos: Vitor I, 14º Papa depois de São Pedro que assumiu a cadeira Papal no ano 189 d.C. e foi responsável pela fixação da festa da Páscoa no domingo, também foi o primeiro a celebrar a missa em latim; Miltíades, que assumiu em 311, e testemunhou a suspensão da perseguição dos cristãos e a vitória de Constantino no poder romano e Gelásio I (492-496), que ficou conhecido pela sua ação social em prol dos empobrecidos, sendo autor de diversos hinos e ensaios teológicos. Os três papas foram canonizados. Atualmente, não é mencionado o fato de eles serem africanos ou seus traços físicos quando retratados não demonstram esse pertencimento racial (Fonseca, 2004).

Aparentemente, a população afro-arábica, denominada de moura, de origem no povo Garamate que habitava o Saara, acerca de 5.000 anos a.C., e invadiu o Egito em 640 d.C., atravessou o estreito de Gilbratar, sob liderança do general Gabel Tarig, e permaneceu na Europa de 711 até 1492, influenciando toda a vida social, política, cultural, científica e religiosa europeia. Inclusive, introduzindo o pensamento Aristotélico nesse continente, a partir dos monastérios e da vida social laica, propiciando a interpretação de Aristóteles por São Tomas de Aquino em sua “Suma Teológica” (Nascimento, 1994; Andrade Filho, 1989, Libera 1999). Essa população contribuiu imensamente com a Europa Ocidental, em particular com Portugal e Espanha, não destruindo, ao longo destes 700 anos de ocupação, os monumentos e igrejas cristãs que lá encontrou, mas mantendo este acervo cultural ibérico e europeu. Vale mencionar que o contrário ocorreu quando o ocidente europeu invadiu a África e o Oriente, particularmente aquele em que a maioria é islâmica.

Os africanos com o seu conhecimento náutico estiveram nas Américas muito antes de Colombo e Cabral. Desde 1862, as pesquisas históricas, etnológicas, craniológicas, botânicas, arqueológicas, oceanográficas, filológicas, de história natural e de linguística têm trazido, muito a contragosto de pesquisadores, intelectuais e governantes ocidentais,

a importância que os africanos marcaram para as civilizações pré-colombianas. Van Sertima demonstra crânios africanóides em Titilco, Cerro de las Mesas e Monte Albán, no México, enfatizando que esses fósseis faziam parte do pré-clássico da civilização Maia (Nascimento, 1994, p. 69). Segundo os dados fósseis encontrados, havia 13,6% de presença africana entre os Olmeca, população anterior aos Maias.

Constata-se que há na população Olmeca e, posteriormente, na Maia, nos seus registros orais e linguísticos, frequentes informações sobre “esse povo negro que veio do sol nascente”, como retrata o *Popul Vuh*, o livro sagrado mítico-religioso e histórico dos maias. Esse relato fundamenta o fato de que há no idioma maia diversas expressões que se encontram nos idiomas inca e egípcio. Outros fatores como as pirâmides egípcias, mexicanas e peruanas, bem como as técnicas de mumificação expressam não uma coincidência, mais uma relação de intercâmbio científico e cultural, além das grandes esculturas em basalto desenvolvidas pelos Olmeca que, encontram-se em La Venta, San Lorenzo e Três Zapotes, representando os reis nubas, o tipo étnico africano que esteve entre eles em tempos remotos. Os reis nubas são de origem egípcia. A 25ª Dinastia Egípcia, a dinastia dos Faraós Núbios; Piankhy, Shabaka, shabatakya e Ta-har-fa, de 800 e 600 a.C. foram responsáveis pela renascença da cultura clássica Egípcia-Núbia e tornaram-se na época a maior potência naval e bélica do mundo (Nascimento, 1994, p. 70).

Também a dúvida sobre a capacidade dos antigos africanos de atravessar o mar reflete o preconceito histórico anti-africano. Para os egípcios, a construção naval, o comércio marítimo e a marinha guerreira não eram novidade, desde 2.600 a.C. Eles já construía navios de grande porte, e tecnicamente os navios africanos eram superiores às caravelas europeias de dois milênios mais tarde.

Um segundo momento de contato entre a África e a América emerge dos registros das tradições orais dos maias no México e do Império do Mali, no século XIV. O embarque de Abukari II – irmão do lendário Mansa Musa – nas Américas, na região onde habitavam os Maia e Toteca, foi registrada pelos historiadores árabes da época.

É evidente que o único obstáculo à aceitação geral da presença africana nas Américas antes de Colombo é o eurocentrismo, que não permite abalar sua convicção da inferioridade africana. Podemos dizer que o eurocentrismo e o racismo estão historicamente relacionados (Shoha e Stam, 2006, p. 24). Até a véspera da era colonial moderna, era

comum encontrar, com facilidade, as imagens positivas sobre a “África”. Árabes e europeus descreveram as formas políticas africanas altamente elaboradas e socialmente aperfeiçoadas, entre as quais se alternavam reinos, impérios, cidades-estados e outras formas políticas baseadas no parentesco, como chefia, clãs, linhagens. Após a conferência de Berlim (1885), que definiu a partilha colonial da África, essas imagens “simpáticas” e tranquilizadoras começaram a sombreadar (Munanga, 2004). A infância inocente foi substituída pela imagem de sub-humanos, para facilitar a operação de sujeição; as belezas naturais desapareceram e foram substituídas pelos horrores da selva, da barbárie e do atraso; os povos tornaram-se sem cultura, sem história, sem identidade mergulhados na bestialidade, na ignorância e na anarquia. Reinos e Impérios foram substituídos pelas tribos primitivas em estado de guerra permanentes, umas contra as outras, para justificar e legitimar a Missão Civilizadora, que até hoje “alimenta” o imaginário da “África” no Brasil.

## **Conclusão**

Sabemos que as instituições escolares são permeadas pela complexidade das relações entre os diferentes sujeitos e grupos sociais que a constituem. Isso significa considerá-la uma instituição que é resultado de uma construção social na qual as contradições e os conflitos se manifestam através dos sujeitos que cotidianamente nela se inter-relacionam. Se a escola reflete o modelo social no qual está inserida, isso significa que nela também estão presentes práticas das desigualdades sociais, raciais, culturais e econômicas a que determinados grupos sociais ainda estão submetidos na sociedade, bem como as possibilidades para a sua superação. Observamos também que a instituição escolar tem dificuldades para proporcionar às crianças e jovens a plena vivência de sua diversidade de raça e etnia, de gênero, de valores religiosos e de sua pluralidade de saberes. Essas dimensões fundamentais que dão sentido a vida são dificultadas ainda mais (no espaço da escola) se considerarmos as meninas e meninos negros e indígenas.

A inclusão da história e da cultura dos afrobrasileiros e africanos no currículo da educação básica representa um avanço político e pedagógico na história da educação brasileira.

Podemos dizer que a “África” e a sua herança cultural no Brasil têm sido basicamente um produto do sistema de relações raciais<sup>9</sup> e de poder mais do que da capacidade de preservá-la em si.

O registro das realizações acima citadas dos povos africanos, assim como seus autores precisam ser incorporados à literatura didática, de maneira a incluir a “África” e os africanos e sua herança cultural no cenário da história Universal. Nossos livros didáticos ainda são permeados por noções e ideias de que o eurocentrismo representa a visão “normal” da história. Podemos dizer que a eliminação da África como sujeito histórico no currículo brasileiro reforça o racismo contra os afro-brasileiros.

A vivência da diversidade étnico-racial no espaço escolar exige que professores e gestores da educação concebam a escola como um campo, e a pedagogia uma forma política cultural voltada para um projeto de cidadania, democracia, emancipação e esperança. Isso significa mexer com os valores, crenças e culturas consideradas como verdades; significa desconstruir práticas pedagógicas escolares que ainda se pautam por uma concepção colonialista, racista, conservadora e excludente que banalizam e tornam insignificantes as práticas culturais ditas como “populares”. Hoje os estudos africanos e afrobrasileiros não atendem apenas a uma demanda exclusiva do movimento social negro, mas de toda a sociedade e ao Brasil como nação, e tornam-se indispensáveis para o conhecimento do mundo no qual vivemos e dos mundos que nos precederam.

Para os educadores e educadoras a recuperação de identidade ganha uma dimensão especial, pois a distorção, o silêncio e a falta de referências sobre história e a cultura africana e afrobrasileira teve como consequência o desconhecimento de suas raízes, que são também as raízes do Brasil. Para isso precisamos de obras que abordam esses temas de um novo ponto de vista, ou seja, de pesquisas e reflexões construídas sobre novas bases epistemológicas.

---

9 Relações raciais implicam modificações, perdas e recriações no jeito de ser e de viver dos grupos que travam conhecimento ou mantêm convívio em situações de opressão ou de solidariedade. No Brasil, nessas relações, os afro-brasileiros foram, e ainda são sujeitos a desenraizamentos e até mesmo a perdas da tradição de que são originários. Ao longo dos séculos, tem-se tentado levá-los ao esquecimento da sua africanidade, com o propósito de assimilá-los à visão de mundo eurocêntrica, alheios às suas raízes, a fim de que tenham dificuldades para constituir identidades individuais e grupais fortes social e politicamente. Ver Silva (2000).

## Referências bibliográficas

- ANDRADE FILHO, R. (1989). *Os muçulmanos na península Ibérica*. São Paulo, Contexto.
- APPIAH, K. (s.d.). “Identidades africanas”. In: *Na casa de meu pai. África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro, Contraponto.
- ASANTE, M. K. (1987). *The Afrocentric Idea*. Philadelphia Temple University Press.
- \_\_\_\_\_ (1989). *Afrocentricity*. Treton/EUA, Africa Word Press.
- CARMICHAEL, S. (1968). “O poder negro”. In: COOPER, D. (org.) *Dialética da Libertação*. Rio de Janeiro, Zahar.
- DIOP, C. A. (1974). *The African origin of civilization: myth or reality*. Westport, Lawrence Hill.
- \_\_\_\_\_ (1983). “Origem dos antigos egípcios”. In: MOKHATAR, G. (org.) *História Geral da África, A África Antiga*. São Paulo/Paris/Unesco.
- ELLA, S. e STAM, R. (2006). *Crítica da imagem eurocêntrica: multiculturalismo e representação*. São Paulo, Cosac Naify.
- FANON, F. (1968). *Os Condenados da Terra*. São Paulo, Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_ (1975). “Racismo e Cultura!”. In: *Escritos Políticos*. México, FCE.
- FONSECA, D. J. (2004). A história, o africano e o afro-brasileiro. *Cadernos de Formação – Ensino de História, São Paulo: Programa Pedagogia Cidadã*. PROGRAD, UNESP.
- FONSECA, D. J. et al. (2004). “O continente africano, seu legado e suas histórias”. In: SOUZA JR., V. C. de. *Nossas Raízes Africanas*. São Paulo, Atabaque, Centro Atabaque: Cultura negra e teologia.
- HEGEL, G. W. F. *Lecciones sobre la filosofía de la historia universal*. Espanha, Alianza Editorial.
- HULME, P. (1986). *Colonial Encounters: Europe and Native Caribbean 1492-1797*. Londres, Methueen.
- MEMMI, A. (1968). *Dominated Man*. Boston, Beacon Press.
- MUNANGA, K. e GOMES, N. L. (2004). *Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos*. São Paulo, Global/Ação Educativa, Coleção Viver, Aprender.
- NASCIMENTO, E. L. (1994). *Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira*. Rio de Janeiro, Seafro.
- ORTIZ, R. (1994). *Mundialização e Cultura*. São Paulo, Brasiliense.

POUTIGNAT, P. (1981). Teorias da Etnicidade. Seguidos de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth/ Filete Poutignat, Joceline Streiff-fenart. São Paulo, KI-ZERBO, J. HISTÓRIA GERAL DA África. Vol. I, IV, VII. São Paulo, Ática.

SAID, E. W. (1995). *Cultura e Imperialismo*. São Paulo, Cia. das Letras.

SANSONE, L. (2003). *Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações e na produção cultural negra do Brasil*. Salvador, Edufba/Pallas.

SANTOS, B. V. S. (2000). *Crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. Porto, Afrontamento.

\_\_\_\_\_ (2001a). Nuestra América: Reiventing a Subaltern Paradigm of Recognitin and redistribution. *Theory, culture and society*, 18 (2/3), pp. 185-217.

\_\_\_\_\_ (2001c). "Entre prospero e caliban: colonialismo pós-colonialismo e inter-identidade" In: RAMALHO, M. I. e RIBEIRO, A. S. (org.). *Entre ser e estar: raízes, percursos e discursos da identidade*. Porto, Afrontamento.

SILVA, P. B. G. (2000). *Pensamentos em educação: estudos comparados entre África e Brasil (primeira fase)*. São Carlos, Núcleo de Estudos Afro-brasileiros/UFSCAR (Relatório de Pesquisa).